

AMAZÔNIA

A REGIÃO DE CARAJÁS

MAURÍLIO DE ABREU MONTEIRO
Organizador

AMAZÔNIA

A REGIÃO DE CARAJÁS



Universidade Federal do Pará – UFPA

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Maria Iracilda da Cunha Sampaio

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA

Diretor Geral: Armin Mathis

Diretora Adjunta: Mirleide Chara Bahia

Editora NAEA

Editor-Chefe: Silvio José de Lima Figueiredo

Divisão de Editoração: Aurilene Ferreira Martins e Albano Rita Gomes

Conselho Científico

Presidente - Prof. Dr. Armin Mathis – Universidade Federal do Pará

Vice-Presidente - Profa. Dra. Mirleide Bahia – Universidade Federal do Pará

Profa. Dra. Ana Paula Vidal Bastos – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Alberto Mejías Rodríguez – Universidad de La Habana, Cuba

Prof. Dr. Germán Alfonso Palacio Castañeda – Universidad Nacional de Colombia,

Leticia Profa. Dra. Maria Manuel Rocha Teixeira Baptista – Universidade de Aveiro,

Portugal Prof. Dr. Miguel Piñedo-Vasquez – Columbia University – New York, EUA

Prof. Dr. Ronaldo de Lima Araújo – Universidade Federal do Pará

Coordenação de Comunicação e Difusão Científica

Armin Mathis

MAURÍLIO DE ABREU MONTEIRO
Organizador

AMAZÔNIA

A REGIÃO DE CARAJÁS



BELÉM
2023

Diagramação

Triunfal Gráfica e Editora

Foto de capa

Agropecuária Santa Barbara (Xinguara, Pará), antiga área dos castanheais Espírito Santo e Carajás.
Autor: Bloomberg (Getty Images)

Criação da capa

Lucas França Rolim

Revisão de texto

Conforme as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.
Andrew Caetano (Editora Cubo)

Padronização e normatização

Lucas França Rolim
Idelvandro José de Miranda Fonseca

Editoração final

Aurilene Ferreira Martins
Editora NAEA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Biblioteca do NAEA/UFPA-Belém-PA

A489 Amazônia: a região de Carajás [recurso eletrônico] / Maurílio de Abreu Monteiro, organizador. — Belém: NAEA, 2023.
756 p.: il. 18,2 x 25,7 cm.

Inclui bibliografias
ISBN 978-85-7143-217-8

1. Carajás, região de (PA) - Desenvolvimento. 2. Desenvolvimento sustentável - Carajás, região de (PA). 3. Minas e recursos minerais - Carajás, região de (PA). 4. Planejamento regional - Amazônia. 5. Amazônia - Condições econômicas. I. Monteiro, Maurílio de Abreu, org.

CDD 23. ed. – 330.98115

Elaborado por Maria do Socorro Barbosa Albuquerque – CRB-2/871

Disponível em:

<https://doi.org/10.4322/978-85-7143-217-8>

© Direitos Reservados aos autores

Editora NAEA

Av. Perimetral, nº 1 - Campus Universitário do Guamá
Belém - PA - CEP 66.075-750 – (91) 3201-7231
naeaeditora@gmail.com, editora_naea@ufpa.br

SUMÁRIO

Prefácio	1
<i>Carlos Antônio Brandão</i>	
Parte 1 Região, aspectos teóricos e metodológicos	7
1 A importância heurística da região, uma nota	9
<i>Marcos Alexandre Pimentel da Silva</i>	
2 Expansão geográfica, fronteira e regionalização: a região de Carajás	17
<i>Maurílio de Abreu Monteiro e Regiane Paracampas da Silva</i>	
3 Modernização caricata e acumulação capitalista na Amazônia: o caso da região de Carajás	35
<i>Maurílio de Abreu Monteiro, Mirleide Chaar Babia e Edna Maria Ramos de Castro</i>	
4 Ajuste espacial e temporal na Amazônia: reflexões sobre fronteira do capital e des-reconfigurações territoriais	53
<i>Fernando Michelotti, Humberto Miranda do Nascimento e Evaldo Gomes Júnior</i>	
5 Um diálogo possível? Aproximações e ressignificações do inventário furtadiano na interpretação da região de Carajás	77
<i>Rafael Gonçalves Gumiero</i>	
6 Natureza, infraestrutura, mineração e urbanização: cartografando interseções históricas na região de Carajás	93
<i>Patrícia Capanema Álvares Fernandes</i>	
Parte 2 Tópicos da história regional	115
7 A Amazônia em páginas impressas: a Série Realidade Brasileira da <i>Folha de S. Paulo</i>	117
<i>Eduardo de Melo Salgueiro</i>	
8 Alteridades e outridades na região de Carajás	139
<i>Idelma Santiago da Silva, Flávia Marinho Lisboa e Laécio Rocha de Sena</i>	
9 Privatização de terras na Amazônia: o caso do Polígono dos Castanhais	159
<i>Maurílio de Abreu Monteiro, Amarildo José Mazutti e Regiane Paracampas da Silva</i>	
10 O passado autoritário e seus rastros: 50 anos da Guerrilha do Araguaia (1972-2022)	183
<i>Janaílson Macêdo Luiz</i>	
11 Ouro, empresas e garimpeiros na Amazônia: o caso emblemático de Serra Pelada	207
<i>Maurílio de Abreu Monteiro, Maria Célia Nunes Coelho, Raimundo Garcia Cota e Estêvão José da Silva Barbosa</i>	
12 Estado de Carajás: vontades de verdade em (dis)curso	231
<i>Flávia Marinho Lisboa</i>	

13 Do pentecostalismo à terra de realização <i>Fernando Arthur de Freitas Neves</i>	257
Parte 3 Economia e região	279
14 Crescimento econômico e competitividade espúria na Amazônia: o caso da região de Carajás <i>Maurílio de Abreu Monteiro</i>	281
15 Mercantilização de recursos naturais, desigualdade e pobreza na Amazônia: a região de Carajás <i>Maurílio de Abreu Monteiro</i>	309
16 Relações mercantis e hierarquias na região de Carajás: um perfil econômico a partir de registros fiscais do estado do Pará <i>Lucas Rodrigues</i>	341
17 O FNO na região amazônica de Carajás: aprofundando o caráter primário e deletério da economia regional <i>Rafael Gonçalves Gumiero</i>	361
18 A escala nacional importa? O novo padrão de acumulação no Brasil e a centralidade da região de Carajás <i>Giliad de Souza Silva</i>	381
Parte 4 Conformação da rede urbana	415
19 A inserção das cidades na configuração da fronteira amazônica: um estudo de morfologia urbana na região de Carajás, 2010 – 2020 <i>José Júlio Ferreira Lima e Lucas França Rolim</i>	417
20 Núcleos urbanos informais em Carajás: o caso das Regiões Imediatas de Marabá e Parauapebas <i>Sergio Moreno Redón, Gabriel Moraes de Outeiro, Ana Carolina Campos de Melo e Rafael Gonçalves Gumiero</i>	441
21 Saneamento básico e pobreza na Amazônia: um diagnóstico para a região de Carajás <i>Daniel Nogueira Silva, Emílio Campos Mendes e Ritbielly Lira Sousa</i>	467
22 Panorama midiático da região de Carajás <i>Elaine Javorski Souza</i>	485
Parte 5 Ensino e escola	503
23 Letramento precário: uma faceta da configuração da região de Carajás <i>Vanja Elizabeth Sousa Costa, Maurílio de Abreu Monteiro e Gabriel Costa Oliveira</i>	505
24 A escola como objeto de pesquisa histórica na e sobre a região de Carajás: notas iniciais <i>Erinaldo Vicente Cavalcanti</i>	523

25 Para superar abismos no ensino: um outro modo de organizar e construir conhecimento <i>Rosemeri Scalabrin</i>	545
Parte 6 Elementos do agrário regional	569
26 Trajetórias produtivas no agrário amazônico: o caso da região de Carajás <i>Maurílio de Abreu Monteiro</i>	571
27 Cenário e perspectivas para a produção animal na região de Carajás <i>Anaiane Pereira Souza, Caroline Nebo, Fernanda Franco Alves e Ester da Silva Criança</i>	613
28 Caracterização produtiva da atividade leiteira em estabelecimentos na região de Carajás <i>Jefferson Rodrigues Gandra, Fabíola Miranda da Silva, Lucas Magevski Soares, Paulo Vinícius da Costa Mendes, Erika Rosendo de Sena Gandra e Milena Raiane Alves da Silva</i>	637
29 O ônus ambiental do paradigma agropecuário em Carajás e a construção de alternativas <i>Diego de Macedo Rodrigues e Maurílio de Abreu Monteiro</i>	655
Parte 7 Domínios da natureza	675
30 Componentes naturais da paisagem na região de Carajás <i>Estêvão José da Silva Barbosa, Maria Rita Vidal, Abraão Levi dos Santos Mascarenhas e Larissa Nascimento Fanjas da Silva</i>	677
31 Geoeecologia: aportes para uma aproximação taxonômica das unidades de paisagens para a região de Carajás <i>Maria Rita Vidal, Abraão Levi dos Santos Mascarenhas, Edson Vicente da Silva e Estêvão José da Silva Barbosa</i>	707
32 A matriz hidrográfica da região de Carajás: um estudo sobre unidades fluviais e pressões espacialmente explícitas na paisagem <i>Keid Nolan Silva Sousa</i>	729
Sobre as autoras e os autores	751

AJUSTE ESPACIAL E TEMPORAL NA AMAZÔNIA: REFLEXÕES SOBRE FRONTEIRA DO CAPITAL E DES-RE- CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS¹

Fernando Michelotti  

Humberto Miranda do Nascimento  

Evaldo Gomes Júnior  

INTRODUÇÃO

A abordagem adotada neste artigo recorre às reflexões de Harvey (2005) sobre a relação entre ajuste temporal e espacial para analisar a produção capitalista do espaço periférico. Considera-se que é por meio de um fenômeno específico, a expansão da fronteira do capital na Amazônia, que esta produção resulta em determinadas configurações espaciais divergentes. Argumenta-se que essa expansão funciona como um fator de des-re-configuração territorial, subtraindo recursos humanos e naturais, solapando as tentativas de dar “coerência estruturada” à região e visando moldar a ação do Estado em função das relações espaciais capitalistas, o que gera uma tensão básica com as configurações alternativas produzidas por outros sujeitos sociais.

A partir desta tensão entre configuração/des-re-configuração, aborda-se, de forma complementar, a acepção original de Santos (2007) de “acumulação desigual de tempos” para analisar o fenômeno da fronteira do capital na Amazônia, além de autores como Velho (2009), Corrêa (2011), Becker (2015a, 2015b) e Moreira (2007). Desse modo, são exibidas duas faces de um mesmo processo de des-re-configuração: uma estruturada para o capital e uma alternativa encampada pelos povos e populações do campo. As reflexões de Harvey (2005) e Santos (2004, 2007) convergem para matizar os processos espaciais de reprodução capitalista predominantes e os de territorialização de sujeitos não hegemônicos em uma realidade específica como a da Amazônia paraense.

Nesse sentido, o objetivo do artigo é refletir criticamente sobre a tensão entre as configurações territoriais predominantes e alternativas no espaço regional da Amazônia brasileira, partindo de uma reflexão teórica e, em seguida, tomando como base as antigas áreas pertencentes aos municípios de Marabá, Conceição do Araguaia e São Félix do Xingu. Busca-se, primeiro,

¹ Versão modificada do artigo publicado originalmente em *Novos Cadernos NAEA*, 25 (4), dez. 2022.

revelar a permanência do contínuo movimento da fronteira no Sudeste Paraense e, na sequência, relacionar esse movimento da fronteira ao enfrentamento à produção capitalista do espaço por meio da territorialização de sujeitos não hegemônicos e seu significado enquanto força contrarrestante da coerência estruturada pelo capital.

O AJUSTE TEMPORAL E ESPACIAL COMO COERÊNCIA ESTRUTURADA

Para Harvey (2005, p. 131), quando “[...] o capital excedente e a força de trabalho excedente existem lado a lado, sem aparentemente nenhum modo de uni-los na realização de tarefas socialmente úteis”, há um estado de superacumulação gerador de crises. Em resposta, os deslocamentos temporais e espaciais são acionados como forma de absorver esses excedentes, porém, sem se colocarem como soluções permanentes (Harvey, 2005).

Em relação ao primeiro caso, que pode também ser chamado de ajuste temporal ou deslocamento temporal, o ajuste se dá por intermédio de investimentos de longo prazo. De acordo com Harvey, uma das formas de superação das crises cíclicas de superacumulação por parte dos capitalistas se dá por meio do deslocamento de capitais excedentes para atividades em que há uma redução do tempo de remuneração dos capitais investidos previamente, especialmente em setores nos quais

[...] algum capital circula necessariamente em ritmo mais lento, como o capital imobilizado (maquinário, instalação física e infraestrutura) e dentro dos estoques de consumo (bens duráveis de consumo, moradias etc.). A produção de ciência e tecnologia, e o provimento de infraestruturas sociais de educação, saúde, serviços sociais, justiça, administração pública, execução da lei e defesa militar, definem áreas em que o tempo de gestação dos projetos é longo, e o retorno dos benefícios (se houver) demora muitos anos (Harvey, 2005, pp. 136-137).

Nestas situações, a preocupação central do autor é com a transferência dos excedentes “[...] da produção e do consumo correntes para investimentos a longo prazo em infraestruturas físicas e sociais” (Harvey, 2005, p. 137). Em seguida, sustenta que os mecanismos de crédito para adiantamento de capital e a conseqüente formação de frações de capitais fictícios dentro do ciclo de reprodução do capital garantem a remuneração dos capitais que, originalmente, deveriam ser remunerados somente no longo prazo. Aqui, o autor observa que este tipo de *ajuste temporal* somente posterga as crises de superacumulação, gerando maiores quantidades de capital fictício, pois a tendência de superacumulação prossegue por meio de uma “*acumulação reprimida*”. Segundo o autor, esta acumulação reprimida tanto posterga quanto aprofunda a crise derradeira, ainda que sem uma data exata para ocorrer (Harvey, 2005, p. 141).

Harvey observa que a dinâmica do *ajuste temporal* pode mudar o formato das crises porque, num primeiro momento, o excedente absorvido pela criação de infraestrutura (física e social) propicia a criação de excedente adicional. Contudo, num segundo momento, a formação de capital fictício se acelera e o endividamento estatal cresce, combinando entre si dois efeitos perniciosos, o de *superacumulação reprimida* e o de *desvalorização acumulada*. Assim, além da tendência à superacumulação trazer à tona as crises periódicas, o que resulta desse processo é um quadro em que a força de trabalho, o investimento de longo prazo e a manutenção e/ou ampliação da infraestrutura (física e social) passam a ser negligenciados ou pura e simplesmente desmobilizados.

Importa salientar, ainda, que a absorção dos excedentes na fase de auge do desenvolvimento capitalista ocorre de “forma espiralada”, repercutindo nas estruturas socioeconômicas nacionais (emprego, produto, consumo e investimentos) e sugerindo uma espécie de compromisso interno com o crescimento econômico. Ocorre que, segundo Harvey (2005, p. 137) “em determinado instante, a espiral encontra barreiras insuperáveis. Normalmente, esta espiral se interrompe por uma crise em que a força do trabalho e o capital distribuídos em todas as partes ficam sujeitos à desvalorização”. A resposta a esse processo internamente contraditório entre expansão e desvalorização se dará por meio do *ajuste espacial*. Este é o ponto crítico do processo.

Em resumo, se, por um lado, Harvey (2005, p. 133) considera que existe uma “contradição central” em que “o sistema tem que se expandir mediante a utilização do trabalho vivo na produção, enquanto a via principal da mudança tecnológica envolve substituir o trabalho vivo – o agente real da expansão – da produção”, por outro, pergunta: há um ajuste espacial que responda às contradições internas do capitalismo? A resposta preliminar do autor é a seguinte:

Por intermédio de mudanças e reestruturações geográficas, existem todos os tipos de possibilidades para protelar as crises, sustentar a acumulação e modificar a luta de classes. No entanto, o resultado final, devo concluir, é que as crises se tornam mais globais em escopo, enquanto os conflitos geopolíticos se tornam parte dos processos de formação e solução da crise (Harvey, 2005, p. 142).

A questão para Harvey (2005), considerando esses ajustes temporais e espaciais, é que, sem uma teoria que trate do espaço como domínio do concreto e do específico, dificilmente se pode ir além das determinações universais e abstratas do capitalismo. Não se trata de equívoco ou predileção, segundo ele. Ainda de acordo com esse autor, “[...] o capitalismo, conclui Marx, em um notável insight, é caracterizado necessariamente por um esforço permanente da superação de todas as barreiras espaciais e da anulação do espaço pelo tempo” (Harvey, 2005, p. 145). Ora, isso significa buscar uma compreensão teórica consistente das “transformações histórico-geográficas” e, especificamente, enfrentar a contradição entre a produção capitalista do espaço (organização espacial necessária) e a capacidade de superação do espaço (necessidade do capital em acumular tempos).

Obviamente, nas tensões entre fixidez e mobilidade é preciso encontrar o que Harvey (2005, p. 146) vai denominar de “[...] relações espaciais sujeitas à transformação contínua”, isto é, como liberar a produção dos limites espaciais (mão de obra, matérias-primas, determinados insumos, fontes de energia) sem desconsiderar que o capital e o trabalho devem se unir em algum ponto do espaço para que a produção de fato ocorra? A “[...] produção de configurações espaciais fixas e imóveis” seria a maneira mediante a qual essas relações espaciais em contínua transformação prosperariam, convenientemente em um momento e inconvenientemente em outro.

Seriam convenientes na medida em que permitem definir os espaços regionais como uma “coerência estruturada”, abrangendo desde padrões de organização industrial, estilos de vida, qualidade da mão de obra, aspectos culturais, tradições, lutas de classes e infraestruturas físicas e sociais. Tais elementos ajudam a reforçar a integração espacial onde a produção e o consumo ocorrem e acabam dando, conseqüentemente, certo sentido de unidade consciente ao território (nacional, regional ou local). Em contrapartida, seriam inconvenientes porque, em algum

momento, provocariam o solapamento da “coerência estruturada” devido a toda sorte de pressões que passam a se manifestar sobre as regiões, tendo em vista que: estabelecem uma exportação de capitais para o exterior, ao mesmo tempo em que ocorre uma atração para o interior de mais demandas; tornam os limites da região porosos e instáveis em razão das transformações promovidas; a luta de classes acaba provocando barganhas por novos espaços de produção e consumo; e o próprio capital, por via de suas diversas formas de organização espacial, acumula espaços para melhor exercer seu controle sobre eles.

Refletindo sobre essa questão, Harvey nos adverte que:

Tais forças tendem a abalar toda a coerência estruturada de um território. Talvez enfatizem a divisão internacional do trabalho em vez da divisão localmente integrada, tornem a interdependência inter-regional mais importante do que a coerência regionalmente definida. Talvez produzam limites territoriais inadequados para o Estado, e forcem sua modificação. Talvez até abalem o poder do local ou do Estado-Nação por meio da produção de uma crise fiscal, só possível de ser remediada por meio da investida, com o apoio do Estado, contra os padrões de vida dos trabalhadores, as hierarquias tradicionais dentro da força de trabalho, o poder dos capitalistas locais vis-à-vis as multinacionais. Talvez também a consciência e a cultura regional sejam solapadas, transformadas em pálidas sombras do seu caráter anterior (Harvey, 2005, p. 147).

É difícil conceber aquilo que foi definido como uma “coerência estruturada” se transformar em “pálidas sombras”. Algo que o próprio Harvey (2005, p. 150) denominará de “[...] instabilidade crônica em relação às configurações regionais e espaciais”, criando tensões entre as estruturas espaciais imobilizadas e a necessidade de mantê-las, mesmo contando com a ação interventora do Estado. Esta opção logo tenderia a gerar, segundo o autor, consequências involuntárias. Portanto, se “[...] a capacidade de dominar o espaço implica na produção de espaço” (Harvey, 2005, p. 149), como lidar com a mobilidade geográfica do capital e do trabalho sem que a “coerência estruturada” seja solapada?

Concluirá Harvey:

A coerência regional estruturada, em que a circulação do capital e a troca de força de trabalho apresentam a tendência, sob restrições espaciais tecnologicamente determinadas, a se constringer, tende a ser solapada por poderosas forças de acumulação e superacumulação, de mudança tecnológica e de luta de classes. O poder de solapamento depende, no entanto, da mobilidade geográfica tanto do capital como da força de trabalho, e essa mobilidade depende da criação de infraestruturas fixas e imobilizadas, cuja permanência relativa na paisagem do capitalismo reforça a coerência regional estruturada em solapamento. No entanto, assim, a viabilidade das infraestruturas fica em perigo, devido à própria ação da mobilidade geográfica, facilitada por essas infraestruturas (Harvey, 2005, p. 147).

Pode-se resumir esse movimento de ajuste espacial como algo importante para a compreensão da produção capitalista do espaço e da estruturação de novas regiões vinculadas à acumulação do capital. Porém, três elementos não podem ser desconsiderados nesse processo:

1. A acumulação primitiva permanece e não está alheia à reprodução ampliada do capital, mostrando-se bastante presente no deslocamento do capital para novos territórios;
2. O Estado nacional, a pretexto da integração regional, permanece incentivando os processos de ocupação, independentemente se os capitais lá investidos são excedentes ou previstos como investimentos planejados para setores econômicos

ligados ao comércio mundial ou a um projeto nacional de desenvolvimento capitalista;

3. O deslocamento espacial, além de não eliminar em definitivo as crises de superacumulação, mantém as tensões entre o desenvolvimento capitalista nas novas regiões e a tendência de deslocamento do capital, tornando permanente a tensão entre fixidez e mobilidade nessas regiões.

Vistas aqui de forma sucinta, as questões apontadas por Harvey (2005) – especialmente as tendências de aprofundamento das crises quando as novas regiões formadas pelo ajuste espacial passam a ter um pleno desenvolvimento capitalista e a gerarem seus próprios excedentes – tornam necessário entender a articulação de sua análise com a dos mecanismos de dependência econômica entre países, que também funcionam como via de perpetuação de diferenciais de taxas de lucros e de formas abrangentes de transferência de valor entre eles².

A vinculação do Brasil a esse processo mais geral de ajuste espacial é funcional à imposição de um caráter periférico e dependente que marca o modo extensivo e predatório do desenvolvimento capitalista brasileiro. Trata-se de um desenvolvimento caracterizado pela apropriação contínua de porções territoriais por intermédio das frentes de expansão, fundamentando um processo de extensividade da acumulação via concentração da renda e da terra e um privilégio desenfreado às órbitas da circulação mercantil e financeira. Dessa forma, garantiu-se o controle da propriedade fundiária e a hegemonia de cúpulas mercantis nos territórios com forte apego patrimonialista à terra propriedade (Brandão, 2010).

Brandão (2010, p. 55) descreve o processo político e econômico que fundamenta essas características como

[...] a coalizão de poder, o bloco histórico que domina o país, se alimenta e se reproduz, também, da extensividade, do caráter itinerante, da fuga para a frente, recorrentemente se reproduzindo em busca de fontes de valorização que utilizam a dimensão continental, a situação paradoxal e o movimento dialético da alta concentração geográfica e, ao mesmo tempo, a marcante capilaridade e capacidade de interiorização e ‘saída para dentro’ que o capitalismo brasileiro aprendeu a utilizar constituindo cadeias longas e complexas de adição de valor econômico e circuitos mercantis internos vigorosos. Assim, o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil logrou historicamente agilizar e contemplar, em simultâneo, variados e heterogêneos interesses (setoriais, regionais, das diversas frações do capital etc.) (Brandão, 2010, p. 55).

Essa dinâmica econômica explica, de acordo com Brandão, tanto o apego patrimonialista orgânico das cúpulas políticas mercantis territoriais com a terra-propriedade, como suas estratégias de recondicionar e reinventar novas fronteiras de acumulação, em uma espécie de ‘fuga para a frente’ em busca de terras, força de trabalho, recursos naturais, infraestrutura estatal e subsídios públicos (Brandão, 2010, p. 50). No entanto, deve-se questionar se essa dinâmica está apenas mostrando as várias faces de verdadeiros “butins econômicos” realizados pelas elites regionais ou se está encobrendo as instabilidades e suscetibilidade das relações capitalistas regionalmente estruturadas? Fica a dúvida: a fuga (e seus efeitos) é para frente ou para trás?

² Em Breda (2020), há substancial levantamento bibliográfico sobre diferenciais intrasetoriais, intersetoriais e inter-regionais de taxas de lucro e suas consequências em torno das formas de transferência de valor.

Por mais que Harvey (2005) ajude a refletir sobre esses processos, o interesse maior que se apresenta, todavia, é o estudo específico e concreto do caso brasileiro, a fim de que esta releitura torne evidente o processo de produção capitalista do espaço periférico. Se a busca pelo ajuste espacial, tal como um espelho estilhaçado, para Harvey (2005, pp. 156-157), “[...] converte a ameaça da desvalorização numa luta entre alianças regionais instáveis, sobre as quais recaem o ímpeto da crise”, até que ponto essa imagem partida, própria das des-re-configurações provocadas pelas relações espaciais capitalistas, pode ser contra-arrestada por alianças regionais hegemônicas? E que possibilidades essas instabilidades abrem para configurações alternativas, contra ou não hegemônicas?

A FRONTEIRA COMO UM MOVIMENTO DESIGUAL DE TEMPOS

Na obra *Pensando o espaço do homem*, Milton Santos (2007) poderia perguntar neste momento: se é o espaço que permanece (domínio do concreto e do específico), quanto do tempo está nele consumido e produzido por uma determinada sociedade? Uma de suas frases mais conhecidas diz ser o espaço uma “acumulação desigual de tempos”. Isto posto, aquela imagem do espaço que em um momento surge coerentemente estruturada e, em outro, estilhaça-se, na verdade, seria “um espelho de duas faces”. O próprio Santos esclarece que:

[...] o momento passado está morto como tempo, não, porém, como espaço; o momento passado já não é, nem voltará a ser, mas sua objetivação não equivale totalmente ao passado, uma vez que está sempre aqui e participa da vida atual como forma indispensável à realização social (Santos, 2007, p. 14).

O problema maior, para o autor, surge com a “fetichização do espaço”, em que nem o homem se reconhece mais nele. A cidade estranha a região e, nesse movimento, a região aliena-se, pois “[...] não produz mais para servir às necessidades reais daqueles que a habitam” (Santos, 2007, p. 29). Assim, se o espaço reúne e separa, cria distâncias de classe e, então, aparece fragmentado (sem coerência, estilhaçado), é porque ele também é espaço de luta de classes. A luta social, por sua vez, requer acúmulo de tempo para criar sentido espacial. Isso faz diferença quando chamamos a reforma agrária como reforma capitalista ou como reforma social do espaço, ou seja, como uma produção espacial alternativa às relações espaciais capitalistas estruturadas ou não.

A dinâmica da desigualdade espacial contém sujeitos com temporalidades diferentes de ação. O tempo, como luta social acumulada, importa para tais sujeitos.

A noção de tempo é fundamental. A sociedade é atual, mas a paisagem, pelas suas formas, é composta de atualidades de hoje e do passado. A noção de escala é igualmente importante, pois, se o espaço é total, a paisagem não o é. Não se pode falar de paisagem total, pois o processo social de produção é espacialmente seletivo. O espaço construído que daí resulta é variegado. Formas de idades diferentes com finalidades e funções múltiplas são organizadas e dispostas de múltiplas maneiras. Cada movimento da sociedade lhes atribui um novo papel (Santos, 2007, p. 60).

Nessa perspectiva, podemos pensar a fronteira como “espaço construído e variegado”? No contexto brasileiro, o tempo não para no espaço, pois este é feito de tempos lentos (ritmo da região) e acelerados (ritmo do capital) e o movimento da fronteira acaba marcando uma des-re-configuração do espaço.

Becker (2015a, p. 354) vai, nesse aspecto, referir-se à fronteira como “espaço de manobra das forças sociais” e coloca uma questão: como, no caso da fronteira amazônica, ela pode ser interpretada a partir da inserção do Brasil no capitalismo global decorrente da nova escala da relação capital-trabalho?

A sua resposta preliminar é a que buscamos, qual seja:

[...] movimentos reivindicatórios de usuários do espaço se fazem também pelo espaço inteiro, pela vida cotidiana e não só por condições de trabalho. O conhecimento do espaço social é, assim, o lado teórico e os movimentos dos usuários o lado prático de um só processo de produção do espaço (Becker, 2015a, pp. 380-381)

No plano mais histórico, Silva (2001) salienta o caráter contraditório do fenômeno da fronteira no Brasil, visto que, na fronteira, o processo de apropriação privada do território não consistiu num elemento de força simbólica reconhecida para a formação da nacionalidade como ocorreu nos Estados Unidos, por exemplo. Na verdade, abrir fronteiras foi o recurso utilizado para a ocupação do território, considerado vazio, tornando imprecisa a construção dessa nacionalidade.

No Brasil, prevaleceu a lei do mais forte. Sem idealizar as oportunidades oferecidas pela colonização da América do Norte, como faz o mito turneriano da fronteira, e admitindo que as oportunidades oferecidas sejam medidas por uma escala de valores europeia (na qual o índio ocupa, na melhor das hipóteses, o lugar de herói morto), é forçoso reconhecer que os imigrantes tiveram lá maiores oportunidades de sucesso dentro do modelo de desenvolvimento do capitalismo seguido pelos três países [Estados Unidos, Argentina e Brasil] (Silva, 2001, pp. 172-173).

Para além do caráter simbólico, Silva (2001) alerta para a questão da fronteira como um fator de estruturação de condições específicas de expansão da ocupação territorial. Nos EUA houve uma organização desta apropriação privada do território pensando as formas espaciais de produção dali em diante como uma evidente ruptura com a colonização. No caso do Brasil e da Argentina, o formato da ocupação territorial ocorre para legitimar a continuidade de processos seculares de dependência econômica. Estes exemplos analisados por Silva são indícios pioneiros de que a transição para os capitalismo nacionais brasileiro e argentino impôs formas específicas da ocupação territorial associadas a necessidades específicas de expansão, sem romper a perenidade da aliança política com a classe dos grandes proprietários de terras.

Para boa parte de população brasileira, os processos territoriais passaram a depender da atração (forte ou fraca) e duração (curta ou longa) de determinado ciclo de produção agrícola (ou de coleta) em vigência, para que o homem possa sobreviver como ocupante de uma fronteira natural, que, do ponto de vista do capital, é apenas “um vazio”. A fronteira natural, nesse sentido, foi concebida pela lógica do capital como um refúgio e espaço de vida disponível para inúmeras populações rurais marcados pelo atraso e à espera da modernização capitalista, ignorando a complexidade de sua coexistência com a mata, o rio, o mar e cada bioma em suas temporalidades e espacialidades próprias, estruturando suas identidades como “povos das florestas”, populações ribeirinhas, quilombolas, caiçaras, sertanejos etc.

Com efeito, temos na produção capitalista do espaço periférico, mediante o fenômeno da fronteira, a maneira específica como ocorre o processo de subtração de recursos humanos e naturais e de sabotagem das identidades territoriais, desprendendo-as das suas condições de

produção/reprodução passadas e presentes. Assim, toda ação sobre os recursos naturais é definida pelas relações sociais de produção, tornando-a “mercadorizada”, gerando um *gap* no metabolismo sociedade-natureza, cidade-campo e rural-urbano, no sentido de Foster (2005)³, inclusive, nas identidades e na diversidade ecológica, cultural e social existentes e construídas historicamente pelos povos. Impõe-se, portanto, a fronteira do capital como um elemento de coerção política e de concreção material da expansão territorial brasileira.

Esses elementos são chaves para a análise da expansão produtiva na chamada fronteira agromineral brasileira. Embora esse processo tenha raízes históricas em momentos anteriores, ele deve necessariamente ser capaz de trazer à reflexão as especificidades deste movimento de integração do bioma amazônico à dinâmica econômica nacional, por vias distintas de períodos anteriores e em meio aos processos de reestruturação produtiva assistidos na economia brasileira há, pelo menos, quarenta anos (Cano, 2011; Monteiro Neto e Silva, 2021).

Seguindo essa mesma linha argumentativa, no caso da Amazônia em particular, Corrêa (2011) fornece o significado apropriado ao fenômeno quando expressa o sentido conflituoso e violento da sua dinâmica material e simbólica dentro do processo de integração (multiescalar), reproduzindo as relações de dependência internamente (escala nacional e subnacional) e externamente (internacional). Afirma o autor:

A Amazônia é definida como a fronteira do capital. Trata-se, em realidade, de uma nova integração regional ao sistema capitalista, que se verifica pós-1970. Trata-se agora, diferentemente do que ocorreu no passado, quando do “boom” da borracha, de uma integração real, submetida ao capital financeiro e industrial, nacional e internacional, e não ao capital mercantil simplesmente (Corrêa, 2011, p. 207).

A integração real, segundo Corrêa (2011, *passim*), ocorre pela “apropriação dos recursos naturais” (sendo a terra uma reserva de valor), pela “dizimação física e cultural da base social prévia” (a dilapidação da floresta sendo expressão material da dizimação social), pelas “correntes migratórias para a região” (sendo decorrentes dos processos de modernização e exclusão social em outras regiões), pelos investimentos pontuais de capital (infraestrutura física), pela “integração ao Centro-Sul” (implicando a desestruturação econômica da região), pelos “diferentes tipos de conflitos sociais” (antagonismo entre a reprodução do capital e a reprodução social das populações amazônicas) e pelo fato, conforme o autor, “de que há ainda muito espaço a ser ocupado, muitos recursos a serem dilapidados, e muito conflito social a ser desenvolvido”.

Em vista disso, o estágio atual de expansão do processo de acumulação de capital no bioma amazônico é resultado das novas determinações da expansão produtiva pós-década de 1980; determinações estas derivadas das políticas anteriores de ocupação estabelecidas pela ditadura militar e que foram praticadas desse momento em diante por conta das necessidades impostas pelas alterações na ordem econômica mundial a partir de 1970, em que a função básica exercida pela fronteira agromineral é tornar-se um espaço que recebe excedentes de força de trabalho e de capital. No entanto, cabe mencionar que, ao se estabelecerem novos condicionantes frente às alterações da ordem capitalista mundial, o Brasil, para superar os estrangulamentos permanentes

³ Foster (2005, p. 223): “O conceito de metabolismo, com as suas noções subordinadas de trocas materiais e ação regulatória, permitiu que ele [Marx] expressasse a relação humana com a natureza como uma relação que abrangia tanto as ‘condições impostas pela natureza’ quanto a capacidade dos seres humanos de afetar este processo”.

derivados da crise da dívida, passa a promover um tipo de expansão capitalista no território e a priorizar, permanentemente, o curto prazo.

Essa perspectiva coaduna-se com o processo histórico no qual se estabeleceu, de um lado, que o imigrante nordestino é incentivado a deslocar-se para conquistar a terra que nunca teve em suas regiões de origem; por outro lado, os capitais da região Sudeste do Brasil e das empresas transnacionais foram incentivados a investirem no bioma, especificamente na Amazônia oriental através do Programa Grande Carajás (PGC), por exemplo, para acessar riquezas não disponíveis na região de origem.

Para entender esse movimento é preciso voltar a Santos (2007). Este afirma que a noção de tempo é inseparável da ideia de sistema, de modo que a ação das variáveis depende das condições gerais do sistema em que se situam. Logo, o enfoque espaço-temporal demanda que o espaço seja definido pela combinação das variáveis e a sua elaboração ou reelaboração – formação e evolução – seja compreendida como um processo global (Santos, 2007, p. 254), em que cada elemento não existe fora das suas relações de totalização. Por isso, a significação específica de cada lugar não está relacionada apenas à sobreposição de elementos de diferentes origens no tempo, mas também de diferentes origens no espaço, configurando cada localização como o “teatro da ação de sistemas contemporâneos, mas atuando a escalas diferentes” (Santos, 2007, p. 257).

Considerando cada lugar como unidade do contínuo e do descontínuo, das ações do passado e do presente, locais e extra locais, há uma complementaridade entre assincronia e sincronia no contexto espaço-temporal, uma vez que as variáveis do espaço são geneticamente assíncronas, mas funcionam sincronicamente em cada lugar (Santos, 2007, p. 258); daí por que Milton Santos nos fala em sistema espacial, pois, mesmo que cada variável conheça uma velocidade própria de mudança, a atuação nunca é isolada, ela decorre de uma recombinação sistêmica em direção à recriação de nova coerência interna.

Para Becker, entretanto:

O dado crucial da fronteira [é], pois, a virtualidade histórica que contém: dependendo da forma de apropriação do espaço, das relações sociais e dos tipos e interesses dos agentes sociais aí constituídos, ter-se-á a formação de projetos políticos distintos. Pode ela ser definida como espaço de manobra das forças sociais, e como o espaço de projeção para o futuro, potencialmente gerador de alternativas (Becker, 2015b, p. 382).

Outrossim, pode-se afirmar que o movimento de fronteira do capital não necessariamente leva à formação de uma região rigidamente delimitada, para além do próprio processo de acumulação definido pelo Estado e por agentes transnacionais. Importa saber se os processos socioespaciais efetivados em uma região nova permitem a construção de características simbólicas, culturais e institucionais próprias.

Sendo assim, esta região pode se tornar maior à medida que a expansão do capital agromineral “caminhe” rumo à incorporação mais intensa de espaços como os do bioma amazônico, mas não sem gerar contradições e antagonismos sociais. Dessa maneira, questiona-se: em que medida os processos que decorrem da expansão da fronteira do capital criam sujeitos antagônicos a seus interesses? E mais que isso: em que medida esses antagonismos se revelam espacialmente?

AJUSTES ESPAÇOTEMPORAIS, DES-RE-CONFIGURAÇÕES E TERRITORIALIZAÇÃO DOS SUJEITOS

Monteiro e Silva (2023) realizam um esforço de interpretação dos processos históricos e geográficos que permitem delimitar a região de Carajás, no contexto mais geral da expansão capitalista como parte de um ajuste espacial global. Nesse contexto,

A fronteira é, por conseguinte, a manifestação de ajustes espaçotemporais que ensejam expansão e reorganização espaciais. Ela regionaliza-se, em decorrência de especificidades geológicas, hidrológicas, climáticas etc. e da estruturação espacial da produção e da divisão do trabalho (Monteiro e Silva, 2023, p. 19).

Assim, as ações dos governos militares criaram condições de acesso a um vasto estoque de recursos naturais, valorizados, no geral, de forma muito homogênea. A negação da diversidade biológica e social preexistente resultou no rápido crescimento de uma economia mercantil de base primária, sustentada, sobretudo, pela mineração industrial e pela pecuária bovina, que não apenas assumiram a condição de vetores de homogeneização da economia, mas também contribuíram para a edificação, fora do domínio estrito das relações econômicas de produção e do aparato estatal, de identidades sociais vinculadas a valores implícitos e explícitos de um determinado modo de vida. Além disso, as pessoas passam a ser regionalmente envolvidas em seu cotidiano pelas práticas institucionais (Monteiro e Silva, 2023, p. 31).

O desenvolvimento da configuração territorial singularizou a rede urbana polarizada por Marabá, o que se manifestou na ampliação da segregação de papeis, nas hierarquias e na intensidade de fluxos no âmbito da rede de núcleos urbanos (Monteiro e Silva, 2023, p. 31).

[...] uma vez que se configurou como uma fração da fronteira brasileira do bioma Amazônia, logo, como uma unidade distinta no espaço, não pelo fato de existir algum tipo de identidade inicial ou uma história internalizada, mas pelo fato de que o deslocamento do capital construiu uma miríade particular de relações e de práticas sociais que se amalgamam em um espaço particular (Monteiro e Silva, 2023, p. 31).

Conforme vem sendo argumentado neste capítulo, as transformações em um dado espaço impulsionadas pelo deslocamento do capital, apesar de seus efeitos locais específicos, são parte de uma totalidade de relações e práticas sociais com diferentes temporalidades e escalaridades. Além disso, constituem-se como parte de uma tensão permanente entre os esforços de fixação do capital e de sua mobilidade, gerando uma instabilidade também permanente nas configurações regionais que se formam. Por fim, a criação de determinada configuração regional, com vistas a uma “coerência estruturada” (Harvey, 2005) e aos interesses da acumulação decorrente do movimento da fronteira do capital, sempre é um processo carregado de conflitos, embates e lutas sociais. Estes últimos pontos serão evidenciados neste tópico do texto, tendo como referência o Sudeste Paraense.

A produção de uma configuração regional que normatiza as relações de produção dominantes é, ao mesmo tempo, uma des-re-configuração das temporalidades espacialmente preexistentes. Se a conformação do Sudeste Paraense passa a ser, conforme Harvey (2005), produto de uma “coerência estruturada” pela ação do Estado e em prol do capital, como ela se manteria sem ser abalada por forças que são, por natureza, desestabilizadoras e instáveis?

Por mais que essa “coerência estruturada” defina certa configuração espacial, esta é solapada pelas forças produtivas capitalistas, as quais produzem pressões e tensões de toda ordem e desconfiguram mais que configuram o território. Em resumo, geram forças de atração e repulsão por meio da acumulação e da expansão; elevam o grau de especialização produtiva em detrimento da integração regional por meio da mudança nas técnicas de produção; provocam conflitos e disputas territoriais que deslocam populações em busca da autorreprodução; e permitem o

acúmulo e o controle do espaço pelas formas capitalistas de organização espacial em detrimento das identidades, da cultura e da consciência regional.

Como apontado por Monteiro e Silva (2023), a incorporação espacial da fronteira amazônica ao espaço global ocorre de forma fragmentada e isto tem relevantes rebatimentos na configuração territorial. A observação é pertinente, haja vista o avanço das “[...] alterações no uso e na cobertura da terra no bioma Amazônia” (Monteiro e Silva, 2023, p. 17). Assumindo tal premissa, pode-se dizer que, se os processos globais estão influenciando decisivamente nesse espaço regional, é vital entender o redesenho regional da fronteira amazônica para institucionalizar ou propor novas regionalizações.

No entanto, mais que a constatação em si do problema, é a antagonização que isto promove na relação entre sociedade e natureza a que se deve atentar. O processo que está em curso não é apenas a consolidação de uma região coerentemente estruturada para a intervenção capitalista, mas a extensão e a dinâmica dos conflitos que implica. Institucionalizações de regiões não são processos neutros e estáveis. Desse modo, a questão é saber *a* que dinâmicas de des-re-territorialização os processos espaciais de fronteira correspondem.

Nesse particular, é importante realçar aquilo que os autores supracitados chamam de “[...] negação da diversidade biológica e social preexistente” por oposição ao “[...] crescimento de uma economia mercantil de base primária, sustentada, sobretudo, pela mineração industrial e pela pecuária bovina” (Monteiro e Silva, 2023). Na (da) região, a desconfiguração é ao mesmo tempo configuração ou des-re-configuração. O ajuste espacial (capital-expansivo) encontra na fronteira, pois, um objetivo: o rebaixamento do padrão social e ambiental (desconfiguração). Nessa “configuração desfigurada”, os conflitos revelam as perdas e as sabotagens territoriais e identitárias da região amazônica. Daí a necessidade de, na periferia capitalista, a produção do espaço basear-se no fenômeno do avanço da fronteira, isto é, como “construção de vazios” territoriais (re-configuração).

Em muitas situações, o processo de mercantilização dos recursos naturais aparece, juntamente com o fenômeno da expansão da fronteira, como algo que se reproduz naturalmente, quando, na verdade, se trata de uma homogeneização impositiva do capital ao espaço. Nesse sentido, a configuração espacial (a aparência) impõe-se como desconfiguração por meio dos conflitos (a essência). Aparência e essência, forma e conteúdo, parecem se combinar para (re)definir a região (coerência estruturada), merecendo uma melhor compreensão da relação dialética entre configuração e desconfiguração quando se analisa o processo histórico-espacial que deu azo à expansão da fronteira na Amazônia.

A interpretação da produção de uma fronteira capitalista na Amazônia, ao longo dos anos 1970 e 1980, envolvendo suas dimensões sociais, culturais, econômicas e políticas, gerou amplos debates. Cabe ressaltar, a partir de Oliveira Filho (1979), que além da reflexão sobre o conjunto de agentes em deslocamento e de processos atuando como atratores na fronteira, é importante ter-se em conta que os fatores de expulsão operam, simultaneamente, em outros lugares e escalas. Isso pode ser sintetizado no que ficou conhecido como modernização conservadora da agricultura, expressão da derrota da reforma agrária e de atualização do pacto em torno da grande propriedade (Delgado, 2017), com suas consequentes concentração fundiária e concentração do grau de exploração da terra (Silva, 1999, p. 116).

Desse debate, é fundamental reter três pontos sobre a fronteira amazônica nas décadas de 1970/1980. Em primeiro lugar, a intensidade da migração para a região que, apesar de não começar com a abertura das estradas e dos programas governamentais de ‘integração nacional’, ampliou-se profundamente. Em segundo lugar, o caráter heterogêneo da composição de grupos sociais que se deslocaram, em função de suas regiões originárias e identidades culturais, dos motivos de saída dessas regiões de origem, das suas perspectivas e projetos na região de chegada e, por fim, das condições objetivas de realização desses projetos e das estratégias sociais, pessoais e coletivas que adotaram. Em terceiro lugar, a conflituosidade que esse encontro de heterogeneidades produziu, tendo como eixo central a luta pela terra.

A complexidade da luta pela terra que emergiu naquele contexto envolveu uma gama de agentes como os povos indígenas, que já vinham sofrendo os efeitos da expansão dos castanhais, mas também as próprias oligarquias castanheiras, ameaçadas pela perda de seu amplo domínio mercantil e territorial, devido aos grandes grupos econômicos interessados em constituir latifúndios empresariais, fazendeiros grandes e médios do centro-sul desejosos em ampliar suas terras e camponeses sem terra tentando ocupá-las. A intensidade dos conflitos por terra foi tão significativa nessa região que o governo militar buscou criar instrumentos para intervir e administrá-los, implantando, em 1980, o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (Getat). O Getat buscou, como uma de suas prioridades, arrecadar as terras devolutas e incorporá-las ao patrimônio da união, retirando-as do controle do estado do Pará, para regularizá-las e disponibilizá-las ao mercado nacional de terras, antecipando-se, dessa forma, às frentes de expansão camponesas (Almeida, 1985).

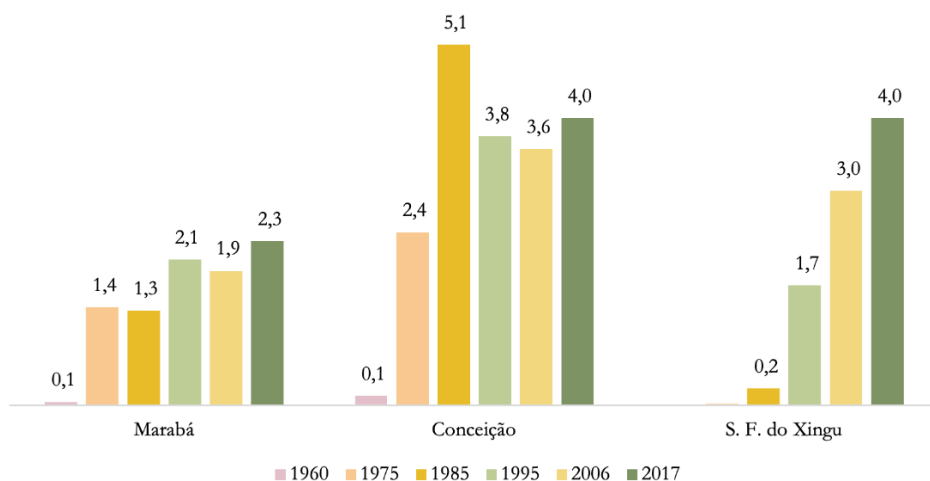
Para Martins (1985), o Getat expressa uma forma de ação, dentre outras, de o governo militar controlar e administrar recursos públicos para interferir na ordem social, não apenas diretamente relacionada à questão da terra. Como exemplo, o autor aponta ações do Getat para além da arrecadação de terras, que vão desde ações escolares, intervenções em eleições sindicais e até apoio à repressão aos trabalhadores rurais. Essas ações compõem o que Martins (1985) denomina de a militarização da questão agrária, ou seja, uma intervenção direta do governo militar na questão agrária como resultado das contradições geradas pelas transformações no campo estimuladas pela própria ditadura – entrada de grandes capitais e maior centralização política – que fragilizou as elites oligárquicas e, com isso, ampliou as possibilidades de lutas pela terra promovidas por trabalhadores rurais. A militarização da questão agrária, para o autor, é a resposta estratégica do governo militar para que essas lutas não desenvolvessem seu pleno potencial político e, assim, pudessem levar a um questionamento mais amplo do pacto em torno da grande propriedade que conferia legitimidade ao governo.

Desde essas perspectivas, um dos pilares para se compreender a expansão da fronteira impulsionada pela ditadura civil-militar foi a transformação da terra em mercadoria, base para a geração de renda fundiária. Esse processo foi parte de uma estratégia mais ampla de “[...] forçar o capital a se tornar proprietário de terra, preservando e modernizando a propriedade, ao mesmo tempo, sem fazer reformas sociais” (Martins, 1989, p. 143), compensando-o por meio de diferentes incentivos e créditos pelos prejuízos e irracionalidades econômicas de sua imobilização produtiva na aquisição de terras. Em que pese essa característica não eliminar as contradições entre terra e capital, não impede que proprietários de terra e capitalistas possam surgir unificados em uma única

figura, que permite que o próprio capital se aproprie da renda (Martins, 1981)⁴. Como a produção da terra-mercadoria nunca é um processo plenamente capitalista, baseado em capital e trabalho assalariado, tem-se a permanente articulação entre exploração, expropriação e violência, especialmente nos processos de expansão territorial do capital (Martins, 1982, 1994).

A Figura 1 é reveladora da dinâmica de apropriação privada da terra no território que correspondia aos antigos municípios de Marabá, Conceição do Araguaia e São Félix do Xingu. A área total declarada como ocupada pelo conjunto dos estabelecimentos agropecuários recenseados correspondia, na Marabá de 1960, a 51,6 mil hectares, passando para 1,4 milhão de hectares em 1975 e chegando a 2,3 milhões de hectares em 2017. Na Conceição do Araguaia de 1960, a situação foi semelhante, passando de 137,0 mil hectares em 1960 para 2,4 milhões de hectares em 1975 e 4,0 milhões de hectares em 2017. Em ambos os casos, trata-se de apropriação pela agropecuária regional de grande quantidade de terras no auge da fase de expansão da fronteira, entre 1960 e 1975, mas persistindo até os dias atuais.

Figura 1 – Representação gráfica do total de terras declaradas pelos estabelecimentos agropecuários (em milhões de hectares) na área pertencente aos municípios de Marabá e Conceição do Araguaia (ref. ano de 1960) e São Félix do Xingu (ref. ano de 1975).



Nota: O antigo território de Marabá de 1960, após sucessivas divisões, atualmente corresponde aos seguintes municípios: Abel Figueiredo, Água Azul do Norte, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Marabá, Palestina do Pará, Parauapebas, São Domingos do Araguaia e São João do Araguaia. No caso da Conceição do Araguaia de 1960, o antigo território corresponde aos atuais municípios de: Conceição do Araguaia, Floresta do Araguaia, Pau D'Arco, Piçarra, Redenção, Rio Maria, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, Sapucaia e Xinguara. Por fim, a área do município de S. F. do Xingu de 1975, corresponde, atualmente, a: Bannach, Cumaru do Norte, Ourilândia do Norte, S. F. do Xingu e Tucumã.

Fonte: IBGE (2017). Elaborada pelos autores.

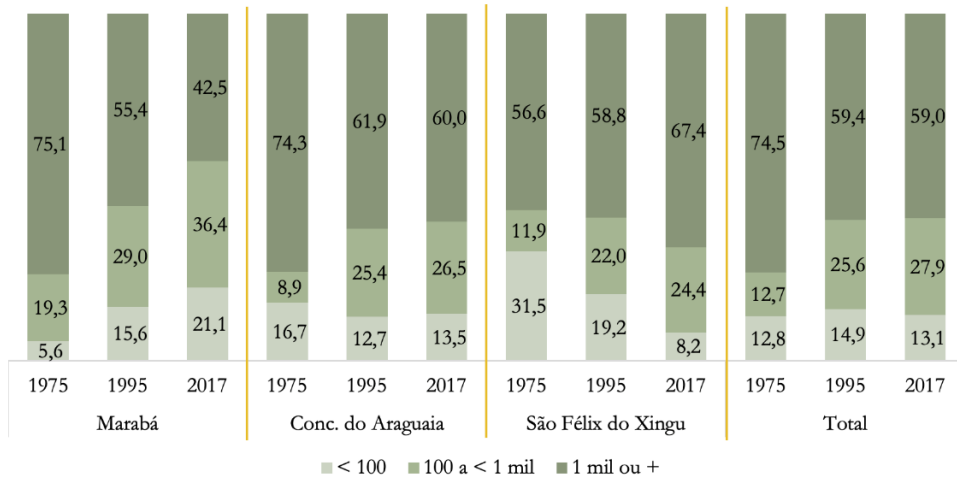
No caso da área de São Félix do Xingu delimitada em 1975, o processo segue a mesma tendência, embora com uma defasagem temporal. A área total declarada pelos estabelecimentos agropecuários segue relativamente baixa até o ano de 1985, quando alcança 239,4 mil hectares.

⁴ O capital – ou as frações produtivas do capital – pode se apropriar das rendas também no estilo de arrendamento. Pode se apropriar de parte ou da totalidade da renda, que não pode ser confundida como toda a renda paga aos proprietários de terras. Isto vai depender do poder de barganha dos arrendadores.

Desde então, passa a 1,7 milhão de hectares em 1995, 3,0 milhões de hectares em 2006 e 4,0 milhões de hectares em 2017. Assim, no período 1995 a 2017, enquanto as duas áreas anteriores aumentaram as terras totais declaradas em 262,7 mil hectares e 255,9 mil hectares, respectivamente, o antigo município de São Félix do Xingu aumentou 2,4 milhões de hectares, reforçando a tese da continuidade da expansão da fronteira do capital.

A Figura 2 reforça a tese do persistente avanço da fronteira do capital, associada à apropriação da terra e sua correspondente concentração. Nos casos dos antigos municípios de Marabá e Conceição do Araguaia, no ano de 1975, quando já havia se dado o primeiro movimento de expansão da fronteira agropecuária, os grandes estabelecimentos (maiores que 1 mil hectares) ocupavam, respectivamente, 75,1% e 74,3% das áreas totais. A partir de então, esses grandes estabelecimentos reduzem sua participação relativa, porém, a partir de trajetórias relativamente distintas.

Figura 2 – Representação gráfica da participação relativa de diferentes estratos de área na distribuição total de terras declaradas pelos estabelecimentos agropecuários (em %) na área pertencente aos municípios de Marabá e Conceição do Araguaia (ref. ano de 1960) e São Félix do Xingu (ref. ano de 1975).



Nota: Idem nota da Figura 1.

Fonte: IBGE (2017). Elaborada pelos autores.

Na antiga área de Conceição do Araguaia, há uma redução relativamente menor (alcançando 60,0% da área total em 2017), perdendo, sobretudo, para os médios estabelecimentos (de 100 a menores que 1 mil hectares) que passam de 8,9% para 26,5% no período. Os pequenos estabelecimentos (menores que 100 hectares), por sua vez, veem sua participação reduzida, de 16,7% para 13,5%.

No caso da antiga área de Marabá, há uma redução relativamente maior da capacidade de apropriação dos grandes estabelecimentos (alcançando 42,5% da área total em 2017), perdendo tanto para os médios estabelecimentos (de 100 a menores que 1 mil hectares), que passam de 19,3% para 36,4% no período, quanto para os pequenos estabelecimentos (menores que 100 hectares), que veem sua participação reduzida aumentar de 5,6% para 21,1%.

Por fim, no caso do antigo município de São Félix do Xingu, onde o avanço da fronteira do capital se dá mais recentemente e começa a ser captado nos dados de 1995, percebe-se um processo de aumento da apropriação relativa das terras pelos grandes estabelecimentos, os quais ampliam sua participação de 56,6% em 1975 para 67,4% em 2017. Essa ampliação vem se dando em detrimento dos pequenos estabelecimentos (menores que 100 hectares) que estão tendo sua participação reduzida de 31,5% para 8,2% no período total.

Comparando-se a soma do total desses três casos, fica mais claro como o movimento de expansão da fronteira mais recente na antiga área de São Félix do Xingu tem atuado no sentido de garantir uma relativa estabilidade da concentração fundiária regional. Em que pese o movimento de redução da área dos grandes estabelecimentos no espaço do antigo município de Marabá, a melhora relativa desses grandes estabelecimentos em São Félix do Xingu tem garantido a sua posição geral em torno de 59,0%. Por outro lado, todo o esforço de luta pela terra e melhoria na condição de apropriação fundiária pelos pequenos estabelecimentos, no quadro geral, não tem permitido sair do mesmo patamar de 12,8%, em 1975, e 13,1%, em 2017.

Os dois conjuntos de dados apresentados, se tomados como complementares, indicam tanto um persistente processo de apropriação privada das terras – bens comuns de povos e comunidades tradicionais e posseiros, expresso no crescimento da área total agropecuária – como o processo de deslocamento da fronteira como um importante instrumento de contra-arrestar os processos de luta pela distribuição da terra. Tal recorrência histórica desses mecanismos de des-re-territorialização, no contexto mais recente, está diretamente relacionada ao aprofundamento do processo de dependência nas últimas décadas.

Com o *boom* de *commodities*, a partir do “efeito China”, uma profunda especialização regressiva foi encorajada, trazendo à baila as problemáticas mais marcantes e recorrentes de nossa experiência histórica, com enorme dificuldade de superar o caminho de menor resistência das vantagens comparativas estáticas e não-construídas e da inserção passiva e subordinada no contexto das hierarquias da escala mundial. Aprofundamos essa especialização, reforçando nossa “vocaçào” para a extração e a exploração dos recursos minerais, agrícolas e energéticos e nossa submissão na escala mundial aos centros hegemônicos (Brandão, 2016, p. 1121).

Confirma-se, assim, a previsão de Corrêa (2011, p. 209) de que esse avanço da fronteira do capital, com as características citadas anteriormente, ocorra “[...] não apenas pela década de 1990, mas também pelo século XXI”. Nessas condições, o processo de des-re-configuração territorial responde a uma reestruturação econômico-espacial, ou, de acordo com Pereira (2006), “[...] uma reestruturação urbana e regional”. São modificações nos espaços territoriais e nas situações de diversas comunidades rurais, as quais assumem características urbanas nos seus modos de vida, embora sem experimentarem uma transição plena. Os tipos de modificações obedecem à lógica do avanço de fronteira do capital.

O avanço da fronteira do capital, no entanto, não se dá apenas pela dinâmica expansiva do trinômio desmatamento-pastagem-pecuária, que caracteriza, por exemplo, as transformações na antiga área de São Félix do Xingu. Dá-se, também, pelas conexões que esse processo pecuário, agrícola e mineral desenvolve com as dinâmicas mais gerais de produção e exportação de *commodities*. Ao analisarem os impactos da implementação da Ferrogrão (ferrovia EF-170), Costa, Davis, Ribeiro e Soares (2020) especificam os tipos de mudança passíveis de ocorrer. Segundo os autores, “[...] é possível compreender como a dinâmica de uso da terra e conservação ambiental

nessas áreas pode ser impactada com a instalação da ferrovia” (Costa et al., 2020, p. 2), podendo ocasionar duas classes de impactos socioambientais de escala regional, quais sejam: “[...] impactos indiretos causados pela indução a mudanças no uso da terra [...] e os impactos sinérgicos e cumulativos” (Costa et al., 2020, p. 2)⁵.

Os projetos de integração física nas últimas duas décadas, via obras de infraestrutura de transportes na Amazônia Brasileira, visam mais as necessidades de escoamento da produção agromineral pelos portos de Barcarena, Santarém e Miritituba no estado do Pará, do que as demandas sociais das populações locais. A chamada “rota da soja” (Figura 3) abriu um Corredor Logístico no “Eixo Tapajós”, para integrar a cadeia de grãos desde o estado do Mato Grosso, contando para isso com a instalação de Estações de Transbordo de Carga (ETCs) no distrito de Miritituba, município de Itaituba, PA, desde 2013, e a implantação da ferrovia Ferrogrão. Como observam Costa et al. (2020, p. 1).

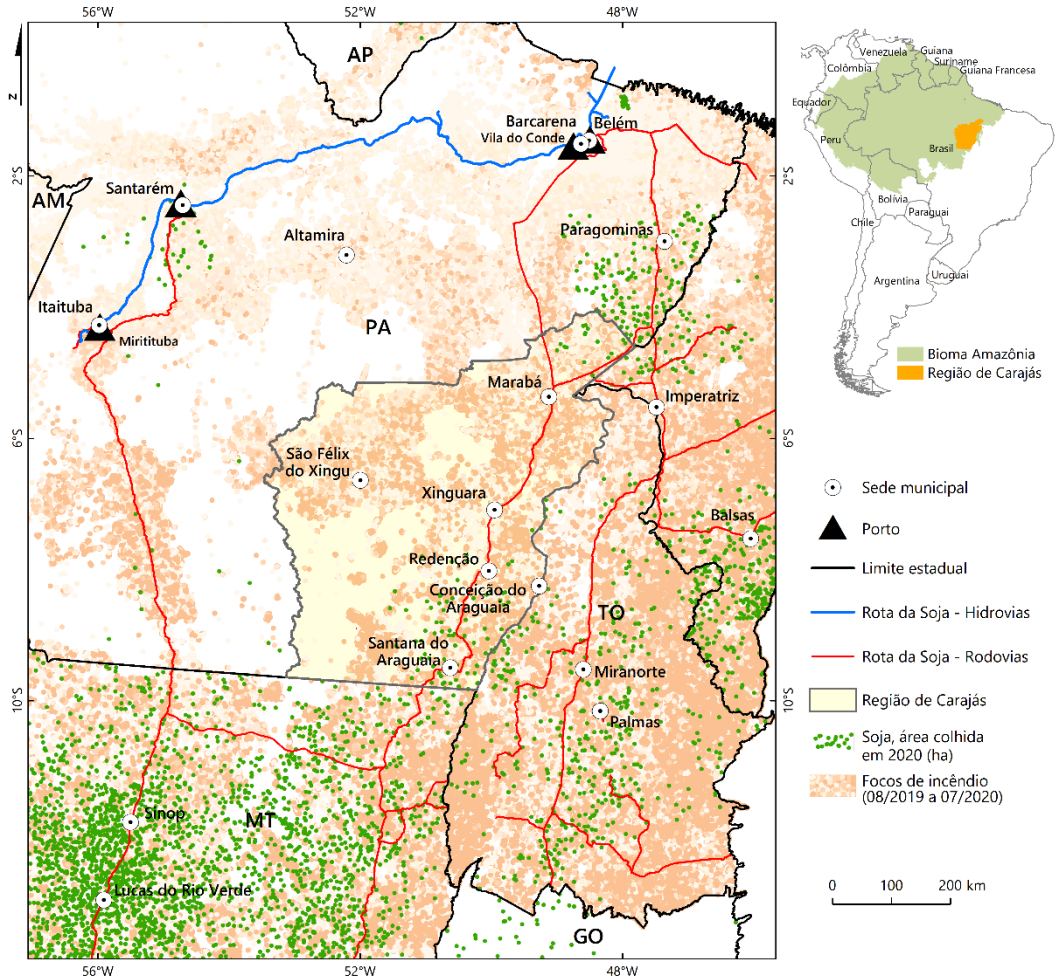
[...] a construção da ferrovia EF-170, Ferrogrão, emerge com o potencial de consolidação desse Corredor Logístico, reduzindo os custos de transporte das commodities e melhorando a competitividade da produção brasileira, motivo pelo qual é considerada uma obra prioritária pelo atual governo. Por outro lado, por se localizar na região Amazônica, sua construção e operação deverão gerar impactos socioambientais sobre áreas nas bacias dos rios Xingu e Tapajós consideradas críticas para a preservação florestal, manutenção hídrica e proteção de povos indígenas.

Na Figura 3, Costa et al. (2021, p. 3) vão chamar a atenção para “[...] a movimentação diária de 125 e 32 caminhões de soja nas duas principais vias que acessam os portos do norte, BR-163 e BR-158”, o que resulta no transporte anual de 1,4 milhão de toneladas e 345 mil toneladas de soja, respectivamente, o que vem modificando o acesso e o uso do território e reestruturando esse espaço regional, para atender às necessidades da fronteira do capital.

O permanente processo de reconfiguração da fronteira do capital, seja pela sua via mais extensiva expressa na tendência de deslocamento para as novas frentes de apropriação e mercantilização de terras, seja pela sua via mais intensiva de investimentos em infraestrutura e tecnologias envolvidas na produção de *commodities*, impõe tensões sobre os processos de estruturação e desestruturação regional associadas ao ajuste espacial⁶. Tais tensões tendem a ser enfrentadas por alianças políticas articuladas pelo Estado e frações hegemônicas regionais que visam defender e manter a “coerência estruturada” pelo capital. Como se viu, essa coerência inclui, segundo Harvey (2005), determinado padrão de luta de classes, como parte da criação de possibilidades de permanência e fixação da força de trabalho associada e subordinada às demandas do capital. Diante desses argumentos, indaga-se em que sentido a luta de classes, ou o conjunto das lutas sociais, de forma mais ampla, passa a se apresentar como embrião de uma configuração alternativa à fronteira do capital na região amazônica?

⁵ Estes impactos já são sentidos por conta da expansão da produção de soja no platô da região do Tapajós. Macedo e Gomes Junior (2019) dão destaque às condições atuais de integração derivadas da estruturação de rota rodofluvial para esta *commodity*.

Figura 3 – Infraestrutura atual da “Rota da Soja” como vetor de impactos diretos e indiretos.



Fonte: Costa et al. (2021, p. 4), IBGE (2020), Inpe (2020). Elaborada por Fernando Michelotti e Regiane Paracampos da Silva.

CONFLITOS SOCIAIS, DISPUTAS TERRITORIAIS E SOLAPAMENTO DA COERÊNCIA ESTRUTURADA PELO CAPITAL

Dialogando com a perspectiva de Milton Santos (2007), para quem os lugares são sempre um acúmulo desigual de tempos, portanto, plenos de diferentes temporalidades e territorialidades, Porto-Gonçalves (2008) vê a singularidade do espaço amazônico atual como a resultante da combinação de seus tempos geológicos, geomorfológicos, arqueológicos, antropológicos e históricos. Uma combinação que carrega a temporalidade de uma ocupação humana da região entre 20 mil e 13 mil anos que, especialmente há cerca de 5 mil anos, foi se ampliando demograficamente e levando à intensificação de processos de domesticação da floresta com a produção de paisagens agroflorestais com elevada biodiversidade, como atestam hoje as coexistências espaciais de sítios arqueológicos, solos antrópicos – as chamadas terras pretas – e a concentração de espécies alimentares em diferentes graus de domesticação individual (Clement, 2019). Considerando que essa coevolução entre sociedades humanas e natureza ocorre mediada

por seus sistemas culturais, conforma-se uma temporalidade antropológica que se atualiza pela presença dos povos indígenas e diferentes frações do campesinato, seus conhecimentos, tecnologias e formas de coexistência, enfim, a sociobiodiversidade amazônica.

No caso do Sudeste Paraense, pode-se refletir sobre esses processos a partir do domínio dos castanhais pelas frentes de expansão do final do século XIX até meados do século XX. Ainda que essas frentes tivessem origem na interiorização da pecuária nordestina (Furtado, 2007; Velho, 2009), elas se depararam com uma situação espacial-temporal nas margens do Tocantins que impulsionou sua transformação em uma frente extrativista. Ao contrário de campos naturais favoráveis à pecuária, as frentes migratórias encontraram uma floresta densa e abundante em castanheiras, possivelmente como marcas grafadas a partir de intervenções humanas ancestrais⁷. A organização do sistema de exploração desses castanhais reflete um contexto de crise da economia da borracha na Amazônia, no início do século XX, e o deslocamento dos capitais extrativistas, bem como sua forma de organização, em busca de produtos substitutos. Configurou-se, assim, no médio Tocantins, um sistema espacial extrativista, baseado no domínio dos castanhais e no comércio do seu principal produto, a castanha (Emmi, 1988; Velho, 2009), que imprimiu novos significados à floresta preexistente.

Novas transformações significativas se deram a partir de meados do século XX, com a chamada política de integração da Amazônia que deslocou o papel da floresta e seus produtos na economia regional para a condição de obstáculo ao desenvolvimento. Paradoxalmente, é a persistência desses objetos de idade pretérita que tem imprimido novo significado à Amazônia no sistema-mundo, não apenas como fornecedora de novas matérias-primas biotecnológicas, mas também como reguladora das condições climáticas mundiais.

Inclusive, essa nova valorização ambiental do espaço amazônico cria tensões entre distintas frações regionais, nacionais e transnacionais do capital com os sentidos do sistema espacial construído ao longo do processo de integração da região aos circuitos de acumulação de capital; circuitos estes baseados na exploração dos produtos florestais, minérios e commodities agropecuárias, dado seu impulso homogeneizador da paisagem e destrutivo da natureza anteriormente existente.

O segundo exemplo se dá com a luta pela terra que emerge com as ocupações de terras à revelia do projeto oficial de colonização dos anos 1970, decorrentes da intensificação e complexificação dos fluxos migratórios, especialmente oriundos da região Nordeste. Será a partir de meados dos anos 1970 que as tensões e conflitos em torno da terra irão levar a um processo relativo de desconcentração fundiária, na área do antigo município de Marabá e Conceição do Araguaia, com aumento da participação relativa dos estabelecimentos pequenos e intermediários.

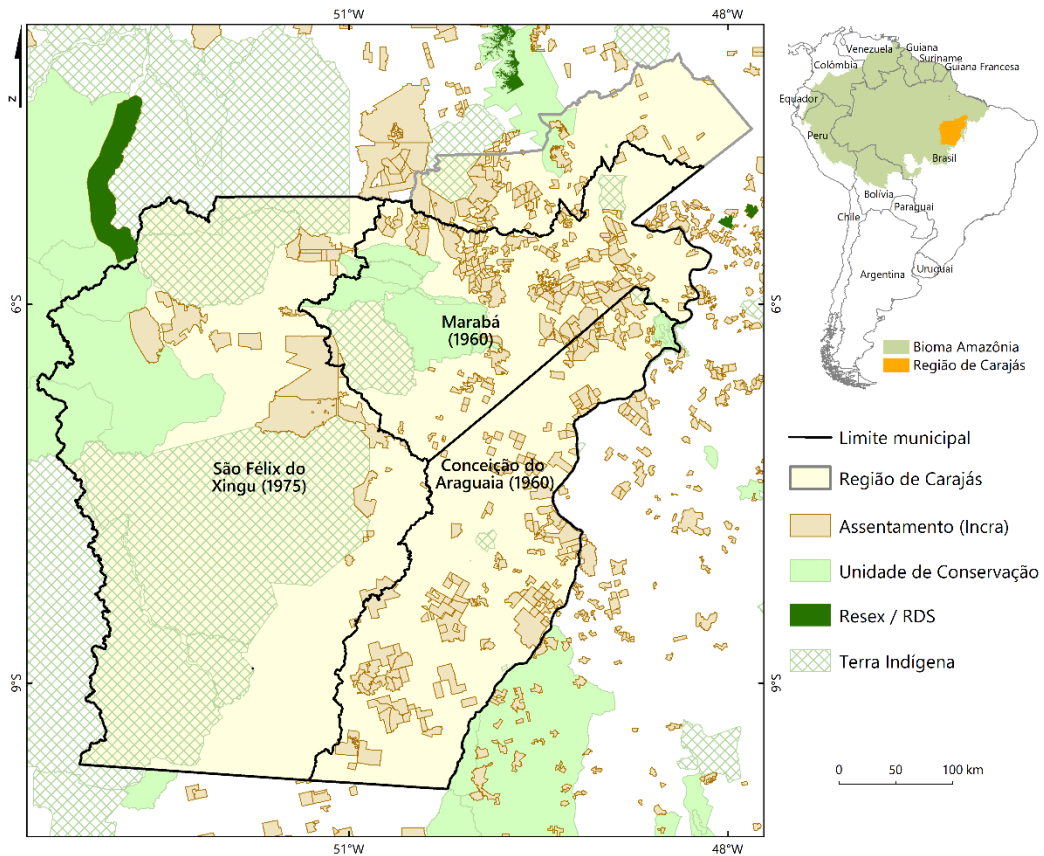
Para esse processo, contribuíram tanto os projetos governamentais de colonização, como as ocupações realizadas pelo próprio campesinato migrante e que, a partir de meados dos anos 1980, levou à política de assentamentos. A Figura 4 traz os atuais municípios distribuídos na área

⁷ Diferentes autores sugerem que a ampla presença da castanheira em toda a Amazônia teria uma origem antropogênica, tanto considerando as dificuldades de dispersão natural da espécie (frutos que não abrem sozinhos e que dependem de roedores que são, ao mesmo tempo, predadores e dispersores de curta distância) (Scoles, 2016), como reconhecendo a sua maior possibilidade de crescimento em áreas abertas, possivelmente associada a roças de mandioca e redes de contato interétnico (Shepard e Ramirez, 2011).

que correspondia a Marabá em 1960, fica evidente a presença dos assentamentos de reforma agrária criados ou encampados pelo Incra, além das terras indígenas e unidades de conservação.

Todas essas áreas têm em comum o fato de não se constituírem plenamente como terra-mercadoria, encontrando limitações legais para sua livre negociação. Esse não é um ponto trivial, pois como afirma Polanyi (2000), a consideração da terra como mercadoria – uma mercadoria fictícia, já que não é fruto do trabalho humano – é parte da ideia de uma sociedade baseada em um mercado totalmente autorregulado, ou seja, um sistema econômico controlado, regulado e dirigido pelos preços de mercado que também definem a produção e distribuição. Uma sociedade assim carrega as contradições geradas pelos efeitos deletérios à vida humana e à natureza de que seus elementos vitais sejam totalmente regulados pelo mercado. Por isso enfrenta, historicamente, tantas lutas e resistências.

Figura 4 – Contraprodução do espaço na área dos antigos municípios de Marabá (1960), Conceição do Araguaia (1960) e São Félix do Xingu (1975).



Fonte: Assis et al. (2019). Elaborada por Fernando Michelotti e Regiane Paracampos da Silva.

Ainda segundo Polanyi (2000), a transformação da terra e do trabalho em mercadorias fictícias só pôde se estabelecer pela separação artificial entre o trabalho e a vida humana e entre a terra e o conjunto da natureza, ambos associados à desagregação do sistema social e cultural que lhe atribuíam sentido. Assim, pode-se considerar a luta pela terra de diferentes povos do campo, que se territorializa por meio das terras indígenas e assentamentos de reforma agrária, como parte

dessas lutas mais gerais de resistência à mercantilização total da vida. Indo além, abrem possibilidades de existência no território de elementos de sistemas sociais e culturais em que trabalho – vida humana e terra – natureza são indissociáveis, não apenas como resquícios pretéritos, mas como elementos de um sistema socioespacial presente, que atua não apenas como um bloqueio à coerência estruturada pelos interesses da acumulação de capital, como também como embrião de possibilidades de uma estruturação alternativa. Nesse sentido, da luta pela terra, imprimem uma disputa pela configuração e sentido do território e possibilidades de produção de um “contraespaço”⁸ carregando contradições deletérias de que seus elementos vitais – vida humana e natureza – sejam totalmente regulados pelo mercado. Tanto que a procura por “terras libertas”, ou seja, aquelas que não tinham sido convertidas em mercadoria, foi um grande atrator de famílias camponesas para a Amazônia, sobretudo, a partir dos anos 1970 (Figura 5).

Figura 5 – Imagem de famílias camponesas sendo transportadas de Redenção, Pará, na direção de suas terras, 1980.



Foto: Juca Martins (OlharImagem).

Da luta pela terra e seus desdobramentos territoriais, que tem como eixo as tensões pela afirmação de seu caráter não mercantil ou sua subordinação, por outras vias, ao mercado de terras, o Sudeste Paraense é caso significativo do que Delgado (2017) vai apontar como a questão agrária da atualidade. Para o autor, a tensão entre o reconhecimento da função social da propriedade pela

⁸ Para Moreira (2007), a relação sociedade-espço é marcada por uma tensão estrutural expressa na contradição centralidade – alteridade, em que a centralidade se refere a uma hierarquia entre as localizações em que uma delas dá significado ao todo e a todas, enquanto a alteridade refere-se a uma relação recíproca de igualdade entre as diferentes localizações. Na sociedade de classes, a organização espacial fundada na propriedade privada e nas assimetrias e hierarquias caracteriza-se por um embate espaço e contraespaço instituído a partir de conflitos de territorialidades. Assim, o espaço nunca é mera imposição da lei do valor ou do poder do Estado, mas resultado dos embates da sociedade civil a partir da intencionalidade do sujeito hegemônico, das correlações de força e dos contrapontos originados em movimentos de confronto, resistência, mimetismo ou questionamento da ordem espacial.

Constituição Federal de 1988 e a pressão pelo tratamento da terra como “uma mercadoria como outra qualquer” pelo pacto de poder em torno da economia do agronegócio é o cerne dessa questão. Incorporando a dimensão espacial a essa perspectiva da economia política, tem-se as lutas pelas conquistas territoriais e a reafirmação de territorialidades próprias desde os assentamentos e terras de povos e comunidades indígenas e tradicionais como possibilidade de se ir além da política redistributiva, apontando para uma direção de produção do que Moreira (2007) define como um “contraespaço” que atua como força de solapamento da coerência regionalmente estruturada pelos interesses do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A determinação de ajustes temporais e espaciais é elemento contínuo na produção capitalista do espaço. Estes processos atingem diretamente regiões que necessitam exportar novos investimentos ou regiões que os recebem, integrando processos de acumulação inter-regionais e transnacionais. Enquanto definidora de espaços regionais, a assim chamada “coerência estruturada” permanece, desta forma, entre a produção capitalista de espaços diferenciados de acumulação e a necessidade de superação de determinados atributos específicos destes espaços. Ainda, o Estado nacional também é definidor, em termos de planejamento, ordenamento e regulação desses ajustes.

Nas regiões periféricas, os desajustes provocados em termos de rebaixamento do padrão social e ambiental (des-configuração) é o pressuposto para a ação simultânea de se considerar que, no avanço da fronteira, há construção de vazios territoriais (re-configuração). Aqui se percebe que, na Amazônia, e especialmente ao longo das regiões de expansão produtiva capitalista sobre o território, os conflitos revelam as perdas e as sabotagens territoriais e identitárias. As formas e tipos de ocupação territorial recentes caracterizam novas estruturas de dominação de sujeitos hegemônicos que solapam os espaços de reprodução da vida cotidiana de diversos sujeitos não hegemônicos.

Em uma região marcada tão expressivamente pela territorialização da luta social, como a Amazônia, em geral, e o Sudeste Paraense, em especial, as novas estruturas de dominação e seus processos de solapamento dos espaços de reprodução da vida cotidiana dos sujeitos não hegemônicos exigem um esforço de pesquisa que permita a compreensão de suas características, efeitos imediatos e possibilidades alternativas. A partir das reflexões apresentadas neste artigo, indicam-se alguns pontos centrais para essa agenda.

Em primeiro lugar, destaca-se o processo continuado de reafirmação da região como uma fronteira do capital, mundial e/ou nacional, sujeitando-a a uma tensão entre processos de criação de coerência estruturada e de solapamento. Como desdobramento, uma agenda de pesquisa deve buscar a compreensão de quais são as forças sociais que atuam nessa direção, bem como os processos de resistência e lutas sociais-territoriais que elas geram. Para além desses processos, faz-se necessário identificar os agentes sociais e classes/frações de classe envolvidos nessas lutas, seus interesses imediatos e mediatos, suas estratégias, alianças e blocos políticos, estruturados em diferentes escalas, de forma a revelar os blocos de poder que se articulam.

Em segundo, destaca-se que os processos políticos e econômicos que viabilizam os usos do território pelos diferentes agentes, classes, frações e materializam sua reprodução social também demarcam diferenças nas formas de relações sociais, relações com a natureza e, fundamentalmente, nos sentidos das relações com o território. Por isso, uma agenda de pesquisa deve reconhecer a importância dos territórios conquistados pela luta social como espaços onde se constroem não apenas os processos de resistência, mas também as experiências de reprodução da vida – nas dimensões produtivas, socioculturais, políticas e organizativas – que atuam como embriões de possibilidades e sentidos territoriais alternativos à territorialização do capital.

REFERÊNCIAS

- Almeida, A. W. B. (1985). *O Getat e a arrecadação de áreas rurais como terra devoluta*. Belém: Idesp - Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará.
- Assis, L. F. F. G., Ferreira, K. R., Vinhas, L., Maurano, L., Almeida, C., Carvalho, A., Rodrigues, J., Maciel, A. e Camargo, C. (2019). TerraBrasilis: A Spatial Data Analytics Infrastructure for Large-Scale Thematic Mapping. *ISPRS International Journal of Geo-Information*, 8 (513). Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijgi8110513>
- Becker, B. (2015a). Fronteira e urbanização repensadas. In I. C. G. Vieira (Ed.), *As amazônias de Bertha Becker: Ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica* (Vol. 3, pp. 351-371). Rio de Janeiro: Garamond.
- Becker, B. (2015b). Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. In I. C. G. Vieira (Ed.), *As Amazônias de Bertha K. Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica*. (Vol. 3, pp. 373-410). Rio de Janeiro: Garamond.
- Brandão, C. A. (2010). Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In A. W. B. Almeida (Ed.), *Capitalismo globalizado e recursos territoriais*. Rio de Janeiro (pp. 39-69). Rio de Janeiro: Lamparina.
- Brandão, C. A. (2016). Espaços da destituição e as políticas urbanas e regionais no Brasil: uma visão panorâmica. *Nova Economia*, 26 (Especial), 1097-1132. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6351/3961>
- Breda, D. M. (2020). *A transferência de valor no capitalismo dependente contemporâneo: o caso do Brasil entre 2000 e 2015*. [Tese de Doutorado, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas]. Campinas.
- Cano, W. (2011). Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)*, 13 (2), 27-53. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2011v13n2p27D>
- Clement, C. R. (2019). Domesticação da floresta & subdesenvolvimento da Amazônia. In G. M. Santos (Ed.), *GEEA: Grupo de Estudos Estratégicos Amazônicos* (Vol. 4, pp. 11-52). Manaus: Caderno de Debates. Disponível em: <https://repositorio.inpa.gov.br/handle/1/33991>
- Corrêa, R. L. (2011). A organização regional do espaço brasileiro. In R. L. Correa (Ed.), *Trajatórias geográficas* (6 ed., pp. 197-210). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Costa, W., Davis, J., Oliveira, A., Fernandes, F., Rajão, R. e Soares Filho, B. S. (2021). Ferrogrão com terminal em Matupá partirá ao meio as terras indígenas do Xingu. *CSR e LAGESA, Policy Brief*, 8. Disponível em: https://csr.ufmg.br/csr/wp-content/uploads/2021/07/Nota-MT-322_final_PT_r.pdf
- Costa, W., Davis, J., Ribeiro, A. e Soares Filho, B. S. (2020). Amazônia do futuro: o que esperar dos impactos socioambientais da Ferrogrão. *CSR, Policy Brief*, 1-9. Disponível em: https://csr.ufmg.br/csr/wp-content/uploads/2020/11/Ferrograo_policy-brief_.pdf
- Delgado, G. C. (2017). A questão agrária hoje. In G. C. Delgado (Ed.), *Agricultura familiar brasileira. desafios e perspectivas de futuro* (pp. 12-23). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Emmi, M. F. (1988). *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanheais Belém*. Belém: NAEA.
- Foster, J. B. (2005). *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Furtado, C. (2007). *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Harvey, D. (2005). *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume.

- IBGE. (2017). *Censo agropecuário: séries históricas*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Acessado em 19 jul. 2022 em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agriculturae-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=series-historicas>
- IBGE. (2020). *PAM - Produção Agrícola Municipal: Tabela 1612 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras temporárias*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Acessado em out. 2022 em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1612#resultado>
- INPE. (2020). *Banco de Dados de Queimadas*. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Acessado em out. 2020 em <http://www.inpe.br/queimadas/bdqueimadas>
- Macedo, F. C. e Junior, E. G. (2019). Padrão de reprodução do capital, território e infraestrutura de transportes: Os casos de Santarém (PA) e Itaituba (PA). *Boletim Goiano de Geografia*, 39, 1-18. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/bgg.v39i0.55542>
- Martins, J., S. (1985). *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Martins, J. d. S. (1981). *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes.
- Martins, J. S. (1982). *Expropriação e violência: a questão política no campo* (2 ed.). São Paulo: Hucitec.
- Martins, J. S. (1989). Impasses políticos dos movimentos sociais na Amazônia. *Tempo social*, 1 (1), 131-148. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/83341/86371>
- Martins, J. S. (1994). A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. *Tempo Social*, 6 (1-2), 1-25. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ts.v6i1/2.84955>
- Monteiro, M. A. e Silva, R. P. (2023). Expansão geográfica, fronteira e regionalização: a região de Carajás. In M. A. Monteiro (Ed.), *Amazônia: a região de Carajás* (pp. 17-34). Belém: NAEA. (neste volume)
- Monteiro Neto, A. e Silva, R. O. (2021). Desconcentração territorial e reestruturação regressiva da indústria no Brasil: padrões e ritmos. In A. Monteiro Neto (Ed.), *Brasil, Brasil: reconfigurações territoriais da indústria no século XXI* (pp. 69-152). Rio de Janeiro: IPEA. Disponível em: <https://doi.org/10.38116/978-65-5635-020-2>
- Moreira, R. (2007). O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In M. Santos e B. Becker (Eds.), *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial* (3 ed., pp. 72-108). Rio de Janeiro: Lamparina.
- Oliveira Filho, J. P. (1979). O caboclo e o bravo: notas sobre duas modalidades da força de trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. In *Encontros com a Civilização Brasileira* (Vol. 11, pp. 101-140).
- Pereira, J. C. M. (2006). A urbanização da Amazônia e o papel das cidades médias na rede urbana regional. In A. C. D. Cardoso (Ed.), *O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas*. (pp. 23-52). Belém: Edufpa.
- Polanyi, K. (2000). *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus.
- Porto-Gonçalves, C. W. (2008). Temporalidades amazônicas: uma contribuição à Ecologia Política. *Desenvolvimento e meio ambiente* (17), 2131. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/dma.v17i0.13410>
- Santos, M. (2004). *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica* (6 ed.). São Paulo: Edusp. (Coleção Milton Santos)
- Santos, M. (2007). *Pensando o espaço do homem* (5 ed.). São Paulo: Edusp. (Coleção Milton Santos)
- Scoles, R. (2016). Do Rio Madeira ao Rio Trombetas, novas evidências ecológicas e históricas da origem antrópica dos castanhais amazônicos. *Novos Cadernos NAEA*, 14 (2), 265-282. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v14i2.549>
- Shepard, G. H. e Ramirez, H. (2011). “Made in Brazil”: human dispersal of the Brazil nut (*Bertholletia excelsa*, Lecythidaceae) in ancient Amazonia. *Economic Botany*, 65 (1), 44-65. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12231-011-9151-6>
- Silva, J. G. (1999). *Tecnologia e agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS.
- Silva, L. O. (2001). *A fronteira e outros mitos*. [Tese de Livre Docência, Instituto de Economia, Unicamp]. Campinas.
- Velho, O. G. (2009). *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788599662915>

Sugestão de citação:

Michelotti F., Nascimento H. M. d., e Gomes Júnior E. (2023). Ajuste espacial e temporal na Amazônia: reflexões sobre fronteira do capital e des-re-configurações territoriais In M. A. Monteiro (Ed.), *Amazônia: A região de Carajás* (pp. 53-75). Belém: NAEA. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/978-85-7143-217-8.cap04>